

Senado aprova projeto que altera as regras do Pronampe

Substitutivo votado nesta quarta-feira (27/4) e que agora segue para sanção presidencial também reedita o Programa de Estímulo ao Crédito

O Senado aprovou nesta quarta-feira (27/4) o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.188/21, que altera as regras do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Com as mudanças, serão permitidas novas operações de crédito com recursos emergenciais para empréstimos a micro e pequenas empresas. A expectativa é que as contratações fiquem em torno de R\$ 50 bilhões. O projeto segue agora para sanção presidencial.

O substitutivo, aprovado pela Câmara dos Deputados em 12 de abril último, dispensa todos os agentes financeiros do Pronampe da exigência de certidões de regularidade fiscal, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e outras que restringem o acesso ao Programa Emergencial de Acesso ao Crédito – Fundo Garantidor de Investimentos (Peac-FGI) e ao Programa de Estímulo ao Crédito (PEC). Apenas a obrigatoriedade de regularidade previdenciária da empresa tomadora permanece.

Ainda no âmbito do PL nº 3.188/21, uma emenda aprovada na Câmara dos Deputados na votação de 12 de abril também reedita o PEC, destinado à realização de operações de crédito a pessoas físicas ou jurídicas, com receita bruta anual de até R\$ 300 milhões. As estimativas são de que, com essa reedição, sejam contratados, até 31 de dezembro de 2022, R\$ 14 bilhões.

Ajuda aos micro e pequenos empresários

De autoria do senador Jorginho Mello (PL/SC) e com relatoria da senadora Kátia Abreu (PP/TO), o PL nº 3.188/21 – estabelecendo a reutilização de recursos emergenciais para novos empréstimos, para contratação até dezembro de 2024, em razão da continuidade da crise – havia sido aprovado no Senado por ampla maioria (447 votos a 9). Em 13 de abril, em regime de urgência proposto pelo deputado



Ricardo Barros (PP/PR), líder do governo na Câmara, o projeto foi aprovado com duas emendas na Câmara e, por isso, voltou ao Senado.

O Pronampe foi criado pelo Ministério da Economia em 2020 para ajudar os micro e pequenos empresários a fazerem frente às consequências da pandemia da Covid-19 na economia, em especial a queda de receita e a falta de acesso a crédito. O FGO, responsável por assegurar o pagamento dos empréstimos em casos de inadimplência, foi o instrumento criado pelo governo para possibilitar o oferecimento de taxas de juros mais baixas. As operações de crédito do Pronampe têm taxas de juros de até 6%, acrescidos da Selic.

Programa Crédito Brasil Empreendedor

Na segunda-feira (25/4), o Ministério da Economia lançou o Programa Crédito Brasil Empreendedor. Segundo a secretária especial de Produtividade e Competitividade da Pasta, Daniella Marques, as medidas anunciadas são parte de um conjunto de ações governamentais voltadas à desconcentração da política de crédito no Brasil, com foco nos micro, pequenos e médios empresários. Ela ressaltou a importância do trabalho “a quatro mãos” que vem sendo feito entre o Ministério da Economia e o Congresso Nacional para aprimorar e potencializar os benefícios do

PEC e do Pronampe.

“Agora estão MEIs (microempreendedores individuais), micro, pequenas e médias empresas atendidas em condições bastante diferenciadas. Esses pequenos empresários muitas vezes não têm acesso a crédito nos bancos, ou o recurso dos bancos está empoçado porque não há garantias a oferecer para tomar os empréstimos”, declarou Daniella Marques durante a coletiva para detalhamento do conjunto de medidas.

Com o Crédito Brasil Empreendedor, o governo bancará garantias para destravar a liquidez dos bancos. Iniciativa da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia, o Programa é formado pelo conjunto de ações que compõem a Medida Provisória do Crédito e o Projeto de Lei nº 3.188/21. O somatório das medidas deverá alcançar cerca de R\$ 90 bilhões.

Paulo Guedes defende reforma tributária que simplifique e reduza as alíquotas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quarta-feira (27/4) que o Brasil precisa realizar uma reforma tributária que simplifique e reduza alíquotas para aproveitar uma oportunidade histórica, diante da reconfiguração das cadeias produtivas globais provocada pelas duas grandes crises que atingiram o mundo nos últimos anos – a pandemia da Covid-19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia.

“É uma oportunidade histórica para o país, durante a reconfiguração das cadeias produtivas globais, se nós tratarmos de implementar corretamente, efetivamente, uma reforma tributária que simplifique e reduza as alíquotas”, declarou na abertura do Seminário de Diagnóstico do Contencioso Tributário Administrativo, promovido pela Receita Federal em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Guedes ponderou ainda que é preciso tratar do problema do “contencioso absurdamente elevado”, que chega a quase R\$ 5 trilhões nas três esferas do governo. De acordo com o ministro, essa situação reflete uma disfuncionalidade do sistema, que pode ser revertida com a reforma tributária.

Para o secretário especial da



Receita Federal, Julio Cesar Vieira Gomes, o Brasil precisa de um sistema tributário mais racional e menos complexo. “Arrisco a dizer que essa seja a principal causa de um contencioso tanto administrativo como judicial no porte que temos hoje”, pontuou.

Gomes destacou que “o direito tributário é muito técnico e para aplicá-lo precisamos de um corpo técnico de elevada capacidade para conhecer os fatos econômicos e valorar as provas. A complexidade do sistema tributário nacional impõe que a atividade de constituição do crédito tributário seja igualmente complexa. É um ato que exige a interpretação de um conjunto de normas que se interligam e muitas vezes estão em conflito. Então a constituição do crédito é onde tudo começa. Nesse caso a Receita Federal está bastante preparada, com profissionais de elevada capacidade, para atuar com o máximo de segurança”, disse.

O secretário mencionou também a importância das

iniciativas que previnem a litigiosidade e, como exemplo, citou as soluções de consulta. Nesses casos, o contribuinte busca saber como deve cumprir suas obrigações. “Isso modifica a relação fisco-contribuinte”, salientou.

Soluções

O Seminário de Diagnóstico sobre Contencioso Tributário Administrativo foi dividido em painéis para tratar de temas como Diversidade e complexidades do processo tributário, com suas repercussões para a segurança jurídica e o ambiente de negócios; Impactos econômicos e incentivos a litígios fiscais; Medidas preventivas de litígios fiscais; e Meios alternativos de resolução de disputas fiscais.

Além do ministro Paulo Guedes e do secretário especial da Receita Federal do Brasil, Julio Cesar Gomes Vieira, participaram também o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux; o representante do BID no Brasil, Morgan Doyle; a gerente do Setor de Instituições para o Desenvolvimento do BID em Washington, Susana Guerra; e a subprocuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Lenzi Ruas de Almeida, entre outras autoridades.

Governo Federal lançou dois novos canais de TV voltados para a educação

O Canal Educação leva programação da educação infantil até o ensino superior, já o Canal Libras é voltado para a comunidade escolar surda

O Presidente da República, Jair Bolsonaro, participou do lançamento do Canal Educação e do Canal Libras, do Ministério da Educação, em evento realizado no Palácio do Planalto, na manhã desta terça-feira (26/04).

O Canal Educação foi ao ar com uma programação educacional abrangendo temas que vão desde a educação infantil até o ensino superior. O conteúdo já está sendo exibido no espectro da multiprogramação da TV Brasil, canal público gerido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Com o novo canal, o Governo Federal pretende universalizar a educação e elevar a qualidade e a taxa de alfabetização nacional. A iniciativa também é voltada para a capacitação de professores, coordenadores e gestores escolares, além de atender aos anseios dos pais, preocupados com o nivelamento da educação de seus filhos.

Durante o evento, o Presidente Jair Bolsonaro disse que o Brasil precisa ser mais que exportador de matéria-prima e também produzir material de tecnologia, isso só é feito por meio da educação. Segundo ele, os dois novos canais, em especial o de Libras, vão incluir os estudantes para uma política pública que leva esperança a cada um deles.

Já o ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, destacou que os canais são ferramentas para auxiliar professores e gestores da educação no desafio da recuperação da aprendizagem depois de quase dois anos de restrições impostas pela Covid-19. "Serão conteúdos variados, como aulas remotas, dicas de preparação para o Enem, documentários, programas educativos e culturais de qualidade", disse o ministro.

Para produções, gravações e entrevistas serão utilizados os estúdios da EBC, localizados nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro



e São Paulo. Além disso, para a realização de entrevistas, documentários e demais atrações, as equipes da empresa pública de comunicação deverão se deslocar por todo o país.

A exibição dos novos programas é feita por meio da televisão aberta digital em multiprogramação nas capitais onde a TV Brasil possui transmissoras. No Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Luís, no Maranhão, será sintonizado no canal 2.3. Já em São Paulo será no canal 1.3. O Canal Educação também ficará disponível nos pacotes de TV por assinatura e por meio de satélite para escolas com antena parabólica.

Já o Canal Libras será transmitido pela internet, 24 horas por dia, com o objetivo de exibir conteúdo voltado ao sistema nacional de educação, desde a educação infantil até o ensino superior, universalizando o conhecimento e a informação por meio de uma grade especialmente dedicada à comunidade surda. Parte da programação do Canal Libras também será exibida no Canal Educação, em horários pré-definidos.

A primeira-dama, Michelle Bolsonaro, participou do lançamento e, em seu discurso em libras, disse que o Canal Libras é uma importante ferramenta para dar visibilidade à comunidade surda e a sua língua.

Programação

Além de programas educacionais, serão exibidos, tanto no Canal Educação quanto no Canal Libras, programas de jornalismo. Serão transmitidos, também, programas de variedades, como culinária, entrevistas, documentários históricos e contemporâneos, atualidades, perspectivas de futuro, entre outros, tendo uma grade voltada para educar, conscientizar e esclarecer o cidadão.

A programação começa com quatro atrações próprias produzidas pela equipe da EBC, como o programa semanal de entrevistas "Falas da Educação", que traz debates, em 26 minutos, de especialistas falando a respeito das melhores práticas para a educação.

O já conhecido "MEC em Ação" será formado por pílulas de um minuto sobre a atuação do MEC. Outro programa que será veiculado é o

especial "Cápsulas da Educação", um marco simbólico para o lançamento da emissora, com depoimentos breves de alunos e professores de todo o país sobre os votos para o Canal Educação.

Com o intuito de proporcionar uma interação dentro da comunidade surda e instigar a população a entender sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), também vai ao ar o "Bate-papo em Libras" com encontros e entrevistas.

Como sintonizar - Canal Educação e Canal Libras Para acompanhar a programação do Canal Educação e do Canal Libras, confira os diferentes modos de sintonização:

- Canais Abertos:

São Paulo 1.3

Rio de Janeiro 2.3

Brasília 2.3

Maranhão 2.3

- Parabólica:

Satélite: Star One C2 - 70°W

Frequência descida: 3755,5 MHz

Polarização: Horizontal

Symbol Rate: 7.500 Msym/s

FEC: 3/4

BW: 9 Mhz

Modulação: DVB-S2 / 8PSK

Codificação: MPEG-4 | 4:2:0

Roll Off: 20%

Serviço 3: Canal Educação

Pid Vídeo: 0301

Pid Áudio 1 (principal): 0302

Pid Áudio 2 (descrição): 0303

Pid Closed Caption: 0304

Clique aqui para saber como sintonizar a programação da TV Brasil.

PARA ANUNCIAR

LIGUE

(81) 3224-6967

(81) 3424-6967

(81) 3424-6989

(81) 99894-9401

WhatsApp:

(81) 98243-1429

Governo Federal realiza a Semana da Família na Escola de 25 a 28 de abril

Ações e políticas do Governo integram famílias à educação

Entre 25 e 28 de abril, o Governo Federal realiza a Semana da Família na Escola, em alusão ao Dia Nacional da Família na Escola, celebrado em 24 de abril. O objetivo é divulgar as ações e políticas do Governo para incentivar a participação das famílias na escola, reforçando a importância dessa parceria para melhorar o desempenho das crianças na aprendizagem.

“Nos últimos dois anos, houve um grande estreitamento dos laços entre a família e a escola, ficando evidente a importância do papel da família na vida dos nossos estudantes. E isso só reforça a importância de incentivarmos as escolas de educação básica a potencializar, fortalecer e maximizar a relação família-escola, desenvolvendo estratégias que possibilitem a participação ativa da família no desenvolvimento integral de seus filhos.”, destaca o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Mauro Rabelo.

Ações e políticas do MEC para integrar os pais e responsáveis às escolas
Programa Conta pra Mim

Seguindo os rumos apontados pela Política Nacional de Alfabetização (PNA), o Programa Conta pra Mim tem como objetivo promover a literacia familiar. O Programa é baseado em um conjunto de práticas que permite a participação ativa de pais e responsáveis na educação dos filhos, principalmente no período da primeira infância (entre 0 e 6 anos de idade). As práticas estimulam desde cedo a leitura de forma lúdica e participativa, o que faz as crianças chegarem mais preparadas aos anos iniciais do ensino fundamental, além de fortalecer o vínculo familiar. Todos os conteúdos do Conta pra Mim são fundamentados em evidências científicas e em práticas exitosas nacionais e internacionais.

Programa Educação e Família

Para ampliar o acompanhamento dos pais às atividades escolares dos filhos, o MEC lançou, em 2021, o Programa Educação e Família com o objetivo de dar suporte às escolas para



proporem atividades que ampliem a presença das famílias. O Programa tem a finalidade de fomentar e qualificar a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida, com foco no processo de reflexão sobre o que cada estudante pretende ser futuramente e no planejamento de ações para construir esse futuro.

O Clique Escola é um aplicativo que incentiva, agiliza e democratiza o acesso da família e dos profissionais da educação às informações educacionais, financeiras e de infraestrutura da escola. Também traz notícias sobre educação para facilitar a compreensão e promover a transparência dos dados escolares.

GraphoGame

O GraphoGame é um aplicativo educativo que surgiu a partir de pesquisas realizadas pela empresa finlandesa GraphoLearn, que desenvolve e estuda a família de jogos GraphoGame em línguas europeias e outros idiomas. O seu conteúdo foi adaptado para o português do Brasil pelo Instituto do Cérebro, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O objetivo é apoiar os professores, em atividades de ensino remoto, e as famílias, no acompanhamento das crianças no processo de aquisição de habilidades de literacia. O GraphoGame ajuda os estudantes da pré-escola e dos anos iniciais do ensino fundamental a aprender a ler as primeiras letras, sílabas e palavras, com sons e instruções em português brasileiro. O jogo é especialmente eficaz para crianças que estão aprendendo as relações entre letras e sons. Tudo isso sem anúncios e totalmente off-line.

Programa Disque 100 Brasil na Escola

Em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos (MMFDH), o Disque 100 Brasil na Escola tem por objetivo mobilizar e viabilizar um canal para que toda a sociedade comunique situações relacionadas à evasão e ao abandono escolar. Ao receber essas informações, o poder

público e parcerias implementarão ações para a garantia do direito de acesso e permanência dos estudantes à educação. O Disque 100 é gratuito, funciona todos os dias da semana, 24h por dia. Basta discar 100 de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel.

Projetos de Formação

O MEC possui diversos tipos de ações formativas, como cursos a distância, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e oficinas, com o objetivo de oferecer suporte e incentivo à participação das famílias na vida escolar do estudante. Os chamados Projetos de Formação possibilitam a realização de processos permanentes e constantes de aperfeiçoamento dos saberes, visando à qualificação da atuação da família e dos profissionais da educação.

São chamados Projetos de Formação: a Oficina Dê um clique na Escola, o Projeto Família na Escola, o Programa Famílias Fortes e o Programa Reconecte são materiais disponíveis no site do MEC, chamados Projetos de Formação.

Para saber mais sobre a programação da semana da Família na Escola e sobre as ações do Governo Federal, clique: Saiba tudo.

Sobre o Dia Nacional da Família na Escola: 24 de abril

A data foi instituída pelo Ministério da Educação (MEC), em 2001, com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre a importância da parceria entre instituições escolares e familiares e/ou responsáveis. A proposta surgiu após a divulgação dos resultados do Sistema de Avaliação de Educação Básica (Saeb), que mostraram melhorias nas notas e diminuição da evasão escolar de estudantes cujos pais participavam de sua vida escolar.

Saiba como é o processo de incorporação de um medicamento, equipamento e procedimento ao SUS

Avaliação é feita pela Conitec para que uma nova tecnologia seja ofertada na rede pública de saúde

Para que um medicamento, procedimento ou equipamento faça parte do Sistema Único de Saúde (SUS) é necessária uma avaliação criteriosa antes de ser disponibilizado à população. A busca por melhores tecnologias em saúde leva em conta tanto as necessidades dos pacientes quanto as do sistema público de saúde.

A primeira etapa desse processo de avaliação começa com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O órgão faz uma avaliação de eficácia e segurança de um medicamento ou produto para a saúde visando à autorização de comercialização no Brasil. No caso de medicamentos, há ainda a etapa de definição de preços, feita pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

No entanto, para que essas tecnologias possam ser utilizadas na rede pública de saúde, além de receber o registro sanitário, elas precisam ser avaliadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).



A Comissão é um órgão colegiado que assessora o Ministério da Saúde no processo de incorporação, exclusão ou alteração de medicamentos, procedimentos e equipamentos ofertados no SUS.

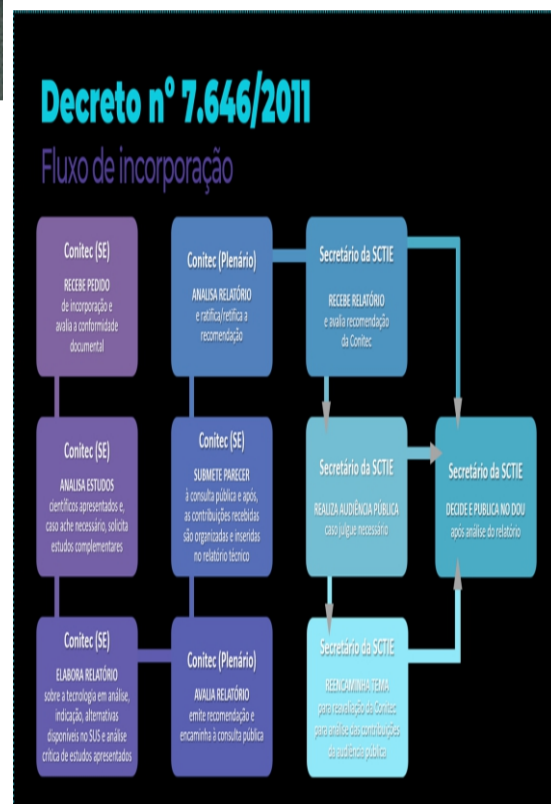
Além disso, a Conitec elabora ou altera os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), documentos que estabelecem critérios para o diagnóstico e tratamento de uma doença, com os medicamentos e demais produtos apropriados.

De acordo com a diretora da Secretaria-Executiva da Conitec, Vania Canuto, a avaliação das tecnologias em saúde pelo órgão protege o SUS e seus usuários.

“A avaliação da Conitec considera os benefícios e a segurança para os pacientes, em relação aos demais tratamentos ofertados no SUS, mas também a capacidade do sistema público para ofertá-las. Assim, garante que sejam incorporados tratamentos custo-efetivos, que atendam às necessidades da população, com bom uso dos

recursos disponíveis”, pontou.

A análise realizada pela Comissão considera a eficácia (como a tecnologia em saúde age no contexto de um estudo clínico), a segurança (se causa ou não malefícios à saúde), a efetividade (como ele age no contexto real) e o provável impacto social, legal, ético e econômico relativo à possível incorporação do medicamento, procedimento ou equipamento. Veja abaixo o fluxo de incorporação de medicamentos do SUS:



Abertas as inscrições para curso introdutório em Pesquisa Clínica

Aulas serão on-line e irão abordar temas como bioética e boas práticas clínicas

Estão abertas as inscrições para o curso introdutório de pesquisa clínica. Disponível na modalidade on-line, o objetivo do curso é qualificar pesquisadores brasileiros para aprimorar a pesquisa clínica nacional. As inscrições são limitadas e serão encerradas no dia 4 de maio, às 14h.

Com início previsto para 29/6 e finalização em 23/8, as aulas são destinadas a estudantes de graduação, preferencialmente da área da saúde, profissionais graduados que atuam, preferencialmente, em pesquisa clínica e técnicos formados na área da saúde. Entre os módulos de aprendizagem, há temas como Bioética e Boas Práticas Clínicas.

A qualificação integra uma parceria com o Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC), por meio do



Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), e oferece aulas autoinstrucionais com carga horária total de 16 horas.

O compromisso de qualificar pesquisadores brasileiros para aprimorar a pesquisa clínica nacional foi formalizado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos (Sctie) no Plano de Ação de Pesquisa Clínica no Brasil, elaborado em 2020.

Inscreva-se!

Cronograma de aulas

Aula Tema

Aula Introdutória Introdução à Pesquisa Clínica

Aula 1 Fases da Pesquisa Clínica

Aula 2 Boas Práticas Clínicas – BPC

Aula 3 Bioética e TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)
Aula 4 Regulamentação (CEP, CONEP, Plataforma Brasil, ANVISA)

Aula 5 Cenários Selecionados em Pesquisa Clínica – Particularidades das pesquisas em: oncologia, pediatria e vacinas

Aula 6 Carreira Profissional em Pesquisa Clínica

Ministério do Turismo implementa sistema contra incêndio para proteger documentos públicos

Órgão é um dos precursores na instalação de tecnologia moderna para conservação de arquivos

A fim de preservar os documentos públicos mantidos nas dependências do Ministério do Turismo, a Pasta acaba de implementar um moderno sistema de prevenção e combate a incêndios nas salas ocupadas por arquivos.

O Sistema de Supressão de Incêndio é uma solução desenvolvida para prevenir e, quando necessário, extinguir incêndios sem uso de água ou produto que danifique os documentos. Além disso, a substância disparada em caso de fogo é inteiramente inofensiva para as pessoas que estiverem no local, com minimização do tempo de parada em sinistros e alta precisão.

“O MTur é um dos órgãos precursores a disponibilizar o que há de mais moderno dentre as tecnologias sustentáveis para proporcionar total segurança aos acervos documentais. Trabalhar com memória é tornar vivo o que já aconteceu, desta forma, nossa responsabilidade de preservar e viabilizar acesso aos documentos recebidos e produzidos pelo órgão é essencial”, ressaltou o ministro do Turismo, Carlos Brito.

Projetado especificamente para o setor de combate a incêndio, o sistema usa o Fluoroketone (FK-5-



1-12), que é um “agente limpo”, e realiza a extinção do incêndio por meio do efeito resfriamento, atuando como um gás fluido à temperatura ambiente, sendo seguro para seres vivos e não agressivo ao meio ambiente, com potencial zero de destruição da camada de ozônio.

O aparato é recomendado por diversas instituições

internacionais de combate a incêndio e é indicado para arquivos, museus, armazenamento de dados físicos, data centers, soluções militares, entre outros.

Em março, o Ministério do Turismo realizou treinamentos quanto ao uso e funcionamento do sistema junto às equipes de brigada, segurança e limpeza dos blocos B e U da Esplanada dos Ministérios, em

Brasília (DF), onde se encontram os arquivos do MTur e da Secretaria Especial da Cultura (Secult).

Os ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia, que compartilham os imóveis com o Ministério do Turismo, também contam com Sistemas de Supressão em suas áreas de arquivos, contribuindo para maior segurança das edificações dos órgãos.

A instalação, viabilizada por meio da Coordenação de Gestão Documental (CDOC), visa o cumprimento das determinações legais constantes no Inciso XXXIII do Art. 5º e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal, na Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e na Portaria nº 108, de 12 de julho de 2019, que institui o Modelo Nacional de Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Emergências da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A CDOC também realiza atualmente o tratamento técnico arquivístico e a digitalização do acervo documental, ações que integram as atividades de implantação de políticas arquivísticas no âmbito do Mtur.

Desempenho do turismo nacional reforça perspectivas de recuperação

Dados referentes ao faturamento de atividades da área e à procura por destinos brasileiros apontam avanços no setor, que conta com apoio do MTur em meio à pandemia

Dados de desempenho relacionados a diferentes segmentos do turismo nacional reforçam as perspectivas de recuperação do setor em meio à pandemia. Segundo a Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (ABRACORP), por exemplo, o ramo alcançou um faturamento total de R\$ 869 milhões no último mês de março, número apenas 2% inferior ao registrado no mesmo mês de 2019 (R\$ 890 milhões).

O resultado é atribuído a fatores como o fim de restrições devido à Covid-19, a partir do avanço da vacinação, além do retorno de viagens corporativas e de grandes eventos presenciais. O setor já havia acumulado receitas de R\$ 4,3 bilhões em 2021, uma alta de 18% na comparação com 2020. Conforme estudos da Abracorp, que analisam 11 setores do mercado, todos apresentaram aumentos em março, com destaque para serviços aéreos, hotéis e locação de automóveis.

O ministro do Turismo, Carlos Brito, avalia que os números evidenciam a contribuição de medidas adotadas pelo governo federal para apoiar o setor. “Recentemente, por exemplo, prorrogamos o prazo da lei sobre cancelamentos e remarcações nos setores de turismo, eventos e



cultura, o que favorece a manutenção de atividades. Sob a orientação do presidente Jair Messias Bolsonaro, seguimos atentos às necessidades do setor, a fim de proporcionar que voltemos o mais rapidamente possível aos níveis pré-pandemia”, ressaltou.

Uma pesquisa de abril da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV) reforça o otimismo do setor. Conforme o levantamento, o ramo, que fechou 2021 com um faturamento 37% superior ao de 2020 (R\$ 19,2 bilhões), deslocamentos domésticos seguem liderando a retomada do turismo. O estudo mostra que, no primeiro trimestre deste ano, os destinos mais procurados foram São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Gramado, Fortaleza, Maceió, Porto de Galinhas e Salvador.

Outra mostra de recuperação se refere a fevereiro e foi apontada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (FecomercioSP). Com base nos últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve alta de 17,8% no faturamento do turismo nacional (R\$ 13,2 bilhões) na comparação com o mesmo mês de 2021. Os avanços partiram de grupos como hospedagem e alimentação, com aumentos de 53,3% e 13,4%, respectivamente.

ESTRANGEIROS - Dados da Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo) também revelam boas perspectivas quanto à chegada de estrangeiros ao país. Segundo a agência, com o retorno de celebrações religiosas e o Carnaval fora de época, entre outros fatores, mais de 530 mil visitantes internacionais ingressaram no Brasil no primeiro bimestre de 2022, conforme o Sistema de Tráfego Internacional (STI) da Polícia Federal.

“Esses números demonstram que estamos no caminho certo para fortalecer ainda mais a retomada do turismo brasileiro. Nosso país é um dos melhores do mundo em termos de diversidade de destinos. Temos muito a oferecer aos visitantes de outros países e estamos trabalhando para mostrar todo nosso potencial”, destaca Silvio Nascimento, presidente da Embratur.